



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

**INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS:
LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

LUDMILLA PEREIRA ALVES

BRASÍLIA - DF

2021

LUDMILLA PEREIRA ALVES

INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS:
LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto de pesquisa apresentado à disciplina
Projeto 5, Fase 2, como requisito básico para a
conclusão do curso de Licenciatura em
Pedagogia pela Universidade de Brasília

Orientadora: Professora Dra. Nara Maria
Pimentel

BRASÍLIA - DF

2021

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho aos meus pais, que me ensinaram, das mais diversas formas, valores éticos e fundamentais para se viver. Em especial, à minha mãe, por ser a base principal de todo o meu ser, e às minhas filhas Kailla e Karen Vitória, que me não me deixaram desistir quando o sonho da graduação parecia perdido.

AGRADECIMENTOS

À Deus, em primeiro lugar, pois tudo posso naquele que me fortalece.

Aos meus pais, a saber, Maria de Lourdes Pereira dos Santos e Luíz Carlos Alves, que me criaram para a vida.

À minha avó “Dona Mariona”, pelo exemplo de força e simpatia

Aos meus colegas de trabalho, que me incentivaram a não desistir e agarrar tamanha oportunidade.

Aos meus irmãos (todos mais novos), que na oportunidade me sirvo como exemplo de dedicação, determinação e força na busca por dias melhores.

A todos os meus amigos por acreditarem em mim e estarem sempre ao meu lado. Em especial, à minha amiga Luísa, que me ensinou a olhar para mim e valorizar as minhas conquistas.

Aos meus professores e colaboradores das instituições de ensino, os quais levarei para sempre, e que ao longo de minha vida acadêmica me motivaram e contribuíram com seus ensinamentos para meu crescimento pessoal.

Ao meu companheiro Edison, que é para mim um exemplo de persistência e profissionalismo.

À minha orientadora, Dra. Nara Pimentel, que devido ao apoio, motivação, partilha de saberes e dedicação tornou possível a conclusão deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que participaram direta e indiretamente desta minha jornada.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Participação do educador no processo lúdico de ensino e aprendizagem	23
FIGURA 2. Atividades lúdicas que promovem a interação social	29

RESUMO

Este estudo teve como objetivo apresentar, por meio de pesquisas bibliográficas, a importância da ludicidade no processo de aprendizagem durante o período da educação infantil. Por muito tempo, o potencial de retenção do conhecimento, nesta fase, foi negligenciado. No entanto, tal entendimento vem sendo mudado, tendo em vista que pesquisas científicas demonstraram que esse estágio da vida é de suma importância para a formação emocional e intelectual do ser humano. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e, conforme preceitua a Lei de Diretrizes e Bases - LDB/1996, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade em sua formação. Esta fase é a única do conhecimento escolar que está vinculada a uma idade própria, atendendo crianças de zero a três anos em creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. A partir do levantamento feito em artigos científicos e trabalhos acadêmicos de diversos autores e estudiosos do tema foi possível deduzir que brincadeiras planejadas e direcionadas por educadores capacitados auxiliam, não somente no processo de ensino-aprendizagem, mas também, no desenvolvimento da criança enquanto indivíduo na construção de novas formas de pensar a sociedade, uma vez que, por meio do lúdico a criança aprende a se relacionar com o outro, seja competindo, cooperando ou vivenciando hábitos da cultura na qual está inserida.

Palavras-chave: Brincadeiras, Profissionalização, Aprendizagem, Desenvolvimento Pessoal.

SUMÁRIO

PARTE I 07

1-MEMORIAL EDUCATIVO E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS 07

2- PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS 09

PARTE II 10

1-INTRODUÇÃO 10

2-OBJETIVOS..... 12

 2.1 Objetivo Geral 12

 2.2 Objetivos Específicos 12

3- METODOLOGIA 12

4- JUSTIFICATIVA 13

PARTE III - DESENVOLVIMENTO 16

1- A Educação Infantil como Modalidade de Ensino..... 16

2- A Papel do Professor na Educação Infantil..... 22

3 - A Ludicidade como Contribuição para a Melhoria da Qualidade do Ensino na Educação Infantil. 27

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 31

REFERÊNCIAS 33

PARTE I

1- MEMORIAL EDUCATIVO E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Sou Ludmilla Pereira Alves, tenho 32 anos, sou casada e mãe de duas meninas. Sou nativa de uma pequena vila pertencente ao município de Alto Paraíso de Goiás. Vivi uma infância bem tranquila rodeada de amigos e marcada por brincadeiras de rua.

Atualmente sou secretária escolar e estou muito feliz por poder trabalhar na mesma escola onde cursei a primeira fase do Ensino Fundamental, Escola Municipal Povoado de São Jorge. Esta pequena escola foi criada para atender os filhos dos garimpeiros que fundaram o pequeno vilarejo, e, embora tenha sido ampliada, continua pequena até hoje.

Foi este ambiente educacional que me foi apresentado até a 5ª série do Ensino Fundamental. Nele o tipo de ensino predominante era o tradicional, o qual impunha certa distância, embora todos os moradores da vila se conhecessem e a maioria, inclusive, fossem parentes.

Na época em que frequentei a escola, não se falava em alfabetização com ludicidade, muito pelo contrário, a educação era muito rígida e impositiva, sendo permitidos, até mesmo, castigos físicos, como, por exemplo, puxões de orelha ou a ajoelhar atrás da porta da sala de aula por determinado período de tempo, quando se praticava conduta considerada inadequada. Eu, assim como todos os meus colegas e demais alunos, fui punida algumas vezes ao longo da minha educação infantil. Esses métodos eram considerados comuns e aceitáveis, sendo usados para cobrar dos alunos obediência e postura.

A pequena escola de interior não tinha muita estrutura, não dispendo de brinquedos além de algumas cordas e bolas. Somente quando frequentava a 3ª série do Ensino Fundamental foi montado um pequeno parque, o qual tinha um gira-gira, um escorregador e três gangorras. Tanto para mim, quando para as outras crianças, aquele parquinho era algo incrível.

Em razão da educação aplicada, sinto que a matriz tradicional de ensino me deixou com defasagem em algumas habilidades que deveriam ter sido desenvolvidas nesta fase da minha educação escolar, como o estímulo ao questionamento. Ao contrário do que hoje se espera de um estudante, para a linha de pensamento que fui educada a criança boa é aquela comportada e que executa exatamente o que lhe é solicitado.

Com relação aos anos letivos seguintes, ou seja, a segunda fase do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, minha vida acadêmica foi baseada em trabalhos de pesquisas

realizadas em grupo, resumos de grandes textos, com pouco uso de recursos tecnológicos e provas subjetivas, com pontuação máxima, onde as respostas deveriam ser dadas literalmente.

Essa história de sujeito pensante, questionador e ativo na sociedade, somente me foi apresentada recentemente, ao cursar o ensino superior. Foi somente a partir de então, que pude perceber que se pode ensinar brincando.

A oportunidade de entrar para a Universidade de Brasília me veio como uma benção. Venho de uma família muito grande, com 11 tios e tias, onde nenhum deles possui graduação, a maioria nem, ao menos, o ensino médio, fato este que não impediu de levarem a vida honestamente, cada um a seu modo.

Reconheço que não teria oportunidade e nem condição financeira para cursar o Ensino Superior sem que houvesse apoio público, e embora a jornada não tenha sido fácil, me vejo daqui a menos de um ano realizando um sonho, além de proporcionar alegria a minha família, com essa conquista.

A esperança de concluir o ensino superior me faz enfrentar diariamente a falta de tempo, o que, para mim, sem dúvida, foi o meu maior desafio nesse processo. Ao rever todas as obrigações que tenho em um dia, suas horas me parecem poucas. Passar oito horas por dia no emprego, e ao voltar para casa ter que mantê-la em ordem e cuidar de duas filhas, para, enfim, estudar, sem deixar de lado outras áreas da vida, me parece exaustivo.

Nesse sentido, em razão das minhas dificuldades, considero que aqueles que possuem a oportunidade de estudar, sem ter que se preocupar com outras obrigações pessoais, não deve perder esta oportunidade, pois carrego a aflição de não dispor de tempo suficiente para os estudos.

Mesmo com o sentimento de que deveria ter me dedicar mais, considero que fui recompensada, pois, o curso de pedagogia me abriu uma série de perspectivas e a vontade de colocar em prática uma bagagem teórica de conhecimentos.

Após iniciar a faculdade percebi uma maior afinidade com o universo infantil. Fascina-me o comportamento, o carinho, a forma com que as crianças veem o mundo e suas nuances.

Durante o estágio probatório pude perceber que a forma de conduzir o ensino atualmente, é totalmente diferente do que me foi passado na infância. Com certeza os tempos são outros.

No estágio me visualizava resolvendo situações referentes à formação infantil. Pude ver de perto o dia a dia de uma educadora e como é de fato a prática docente nessa modalidade de ensino. Ressaltando que compreendi que a mudança é uma característica que deve ser inerente a um professor.

2- PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Ao terminar o curso pretendo assumir a responsabilidade de conduzir uma turma de alunos, preferencialmente de Educação Infantil. Sinto-me capacitada e motivada para essa função.

Acredito que a tarefa não me será árdua, pois fora a bagagem teórica que acumulei ao longo desses seis anos de estudos, os quais foram de fundamental importância para a prática docente, sinto que tenho vocação para o ensino infantil. Desse modo, pretendo exercê-lo com amor e dedicação, pois reconheço a importância que um professor tem para uma criança.

PARTE II

1-INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma reflexão teórica acerca do tema ludicidade na educação infantil, o apresentando, a partir da prática pedagógica, como forma de promoção da melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Os principais conceitos apresentados neste projeto partiram da pesquisa bibliográfica sobre o tema Ludicidade e sua importância para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

Segundo Oliveira (2008, p. 54):

É na educação infantil que a maioria de nossas crianças terá o seu primeiro contato com uma educação formal, a qual se presta a complementar a educação recebida no seio familiar e na sociedade. Por isso, esse nível de educação requer profissionais competentes, que possuam as habilidades necessárias para lidar com as especificidades dessa faixa etária.

A partir desta pesquisa bibliográfica se pretende mostrar que praticar atividades lúdicas na educação infantil é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, uma vez que é no início da vida escolar do educando que se dá o processo de construção do saber, o que justifica a motivação das crianças em aprender, conseqüentemente, favorecendo o desenvolvimento da aprendizagem.

Os jogos e brincadeiras incorporados no processo de educação tornam esse caminho mais instigante e divertido, pois ao construir conceitos as crianças tendem a misturar o mundo de fantasia com a realidade. Usar essa peculiaridade do universo infantil a seu favor é uma das propostas deste modelo de ensino.

Especialistas que tratam do tema apontam que os professores exercem um papel preponderante na formação infantil, contribuindo para o êxito no processo de aprendizagem. Para tanto, é necessário que lhes sejam oportunizados meios para aplicarem esse modelo de ensino, como, por exemplo, aumentar o investimento na formação destes profissionais.

Nesse sentido, por meio da reflexão teórica o presente estudo tem como princípio reconhecer a importância da ludicidade no processo de aprendizagem durante o período da educação infantil, ampliando as oportunidades de desenvolvimento da criança, no aspecto da atenção, da imaginação e da memorização, entre outros pontos.

Reconhece-se que na sociedade atual os aparelhos eletrônicos estão por vezes substituindo práticas pedagógicas, sendo utilizados como instrumentos de criação nos

processos de ensino e aprendizagem, a partir de princípios de atividades lúdicas. Mesmo considerando que tais aparelhos tenham espaço pedagógico, é necessário esclarecer que estar concentrado excessivamente no mundo virtual não favorece o processo de aprendizagem. Com efeito, faz-se válido reforçar o papel do professor no resgate e incentivo as ações lúdicas, como brincadeiras que estimulam o corpo, o contato com o outro e o respeito às regras e limitações.

As brincadeiras por meio de jogos eletrônicos, embora inicialmente agucem a criatividade, trazem consequências prejudiciais para as relações sociais estabelecidas pelo indivíduo, além da possibilidade de conduzirem as crianças a estados de ansiedade contínua, interferindo negativamente em sua saúde mental e corporal, com riscos ao processo de ensino e aprendizagem.

Cumprе destacar que a educação infantil vive um momento de renovação, onde antigos preconceitos acerca de métodos e mecanismos utilizados na construção da criança durante o Ensino Fundamental estão sendo ultrapassados. A rigidez do aprendizado vem sendo posta de lado, dando espaço a brincadeiras pedagógicas no momento de aprender, com o objetivo de incentivar o pensamento criativo e a consciência corporal, essencial para a formação da criança, nos primeiros anos de vida, em seus aspectos cognitivos, emocionais e motores.

Vale destacar que a escolha do tema também foi motivada pela valorização do lúdico no processo de ensino, com previsão presente no Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024), quando da implantação da estratégia número 15, a qual visa implementar espaços com atividades lúdicas e interativas que valorizam as diversidades culturais das crianças.

Nesse sentido, tem-se que a escola assistencialista vem sendo posta de lado e a valorização da criança em todas suas nuances, seja no aspecto cognitivo, emocional ou social, vem sendo o ponto fundamental desse novo modelo de aprendizagem.

2- OBJETIVOS

2.1 - Objetivo Geral

Reconhecer a ludicidade na educação infantil como forma de melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

2.2 - Objetivos Específicos

- Apresentar a educação infantil como uma modalidade de ensino.
- Reconhecer o papel do professor na Educação Infantil.
- Compreender como atividades lúdicas podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na Educação Infantil, com reflexos significativos para a formação pessoal e social do indivíduo.

3- METODOLOGIA

Foi adotada como metodologia a pesquisa bibliográfica realizada com base em livros, artigos científicos e documentos legais, como o Plano Nacional de Educação, objetivando alcançar uma melhor compreensão acerca do tema proposto, recorrendo, sempre que se julgar necessário a um processo metodológico-comparativo, amparado nas diretrizes anteriormente utilizadas no sistema de ensino.

Nas palavras de Gil (2002, p. 44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Ainda sob as considerações do supramencionado autor, uma vantagem da pesquisa bibliográfica poder ter acesso as mais diversas informações, com vertentes e paradigmas diferentes.

Objetivou-se a possibilidade de acesso à literatura sobre a matéria, como apoio no desenvolvimento deste trabalho. Nesse sentido, a partir da metodologia adotada seguiram-se alguns passos, como, por exemplo:

- Escolha do assunto
- Identificação das fontes bibliográficas
- Localização (se em meio físico ou digital)
- Compilação (síntese das abordagens)
- Leitura do material coletado

Dessa forma, determinou-se que o tema “Interações e Brincadeiras: Ludicidade na Educação Infantil” implica na definição de categorias de análise, as quais ficaram circunscritas a: educação infantil, ludicidade e a formação do professor, o que, em decorrência, levou ao levantamento bibliográfico feito.

Assim, a partir das indicações feitas na orientação do trabalho, durante a pesquisa, foi selecionada a metodologia bibliográfica como o referencial indicado. Sendo que sua conclusão foi atrelada ao semestre letivo. Sendo que, a partir desse mapeamento houve um enorme trabalho de consulta bibliografia, a qual foi apresentada em cada documento pesquisado, artigos de periódicos científicos, teses, capítulos de livros etc.

Após reunir todo o material consultado subdividindo-o pelas categorias específicas obtiveram-se os resultados consolidados neste trabalho.

Destaca-se que a metodologia adotada foi escolhida também em decorrência da pandemia do vírus, COVID -19, sendo este o método mais adequado e seguro, devido aos atuais cuidados que devem ser tomados para amenizar o risco de contaminação.

4- JUSTIFICATIVA

A escolha pelo tema dessa pesquisa se deu principalmente pelo interesse em ressaltar, cotidianamente, a defesa do ato de brincar, em especial, no ambiente escolar, no período que corresponde à fase da educação infantil. Acredita-se que este tema agregará conteúdo e evidenciará a sua relevância para a sociedade. Servindo, ainda, como experiência no desenvolvimento da atividade de docente, a que pretendo seguir.

O universo infantil é realmente algo curioso. É impressionante o jeito de pensar e de agir de uma criança, sendo intrigante observar como qualquer objeto em suas mãos pode virar brinquedo, assim como, qualquer lugar vira um palco para a imaginação dos pequenos.

Já se sabe que fantasiar é uma característica presente em todas as crianças, e mesmo que brincar seja um ato que acompanha a evolução pessoal, sabe-se que atualmente há uma maior preocupação em instigar essa característica, em razão da compreensão de sua importância.

Percebe-se que a sociedade hoje reconhece a relevância de oportunizar as crianças momentos prazerosos, vê-se isso, por exemplo, nos parquinhos das praças públicas, nas salas separadas para as crianças dentro das igrejas ou consultórios médicos, bem como no exponencial crescimento da indústria de brinquedos.

No ambiente escolar não poderia ser diferente, se comparado há aproximadamente quinze anos, pode-se perceber que os espaços educacionais são, nos dias atuais, bem mais convidativos ao olhar infantil.

Pensando na necessidade de adaptação ao processo evolutivo, na fase inicial da vida escolar foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RCNEI- em 1998, a fim de nortear o ensino infantil e servir como embasamento para a elaboração de diretrizes em 2009, visando assegurar a educação infantil e a valorização da criança.

Atualmente esses documentos servem de embasamento para a consolidação da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Nele se reafirma que:

Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada. Isso significa que uma criança que, por exemplo, bate ritmicamente com os pés no chão e imagina-se cavalgando um cavalo, está orientando sua ação pelo significado da situação e por uma atitude mental e não somente pela percepção imediata dos objetos e situações. (RCNEI 1998, V1, p. 27).

Dessa maneira entende-se que toda brincadeira traz uma junção de experiências já vividas com a construção de novas aprendizagens, por mais insignificante que nos pareça. Na verdade, talvez se encontre aí nosso maior desafio, a forma como as brincadeiras são vistas.

O ambiente escolar tem o dever de proporcionar às crianças as diferentes possibilidades para o seu desenvolvimento, o que não quer dizer que para isso as escolas tenham os mais diferentes cantinhos, grande quantidade de livros modernos e prateleiras cheias de brinquedos, pois embora se compreenda que é fundamental a infraestrutura, se compreende também que o mais importante nessa situação é o conceito e a didática que o educador tem em relação a esse assunto.

Os brinquedos não precisam ser os de última geração para proporcionar à criança o desenvolvimento necessário, a prova disso está na empolgação de uma criança que entra em uma caixa de papelão e a transforma em casa ou carro, ou quando se utilizam de embalagens de produtos, terra, folha e água para preparar o melhor jantar.

Objetos simples podem ser usados em uma brincadeira que envolva as crianças, mas é a formação de ideias do professor que fará o ambiente escolar ser diferente das escolas pioneiras, onde o ensino tradicional se baseava em ditar regras para a moral e conduta e a educação infantil se limitava ao cuidar da saúde e higiene das crianças, sem perspectivas de sua capacidade de desenvolvimento. Para este conceito o educador deve se livrar de uma bagagem construída por muitos anos.

Por fim, o tema justifica-se ainda pela busca constante de incluir nas políticas educacionais a garantia da atuação de profissionais com formação específica em educação infantil para exercer sua função nessa etapa de educação como condição fundamental para se alcançar uma melhor qualidade das práticas pedagógicas.

PARTE III - DESENVOLVIMENTO

1- A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO MODALIDADE DE ENSINO

A educação infantil é um direito humano e social pertencente a todas as crianças até os seis anos de idade, sem distinção decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), etnia, nacionalidade, sexo, deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais, nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual. (PORTAL DO MEC, 2015)

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e a única que está vinculada a uma idade própria, atendendo crianças de zero a três anos de idade na creche, e de quatro e cinco anos na pré-escola. Conforme preconiza a Seção II, da LDB/96, da Educação Infantil, em seus artigos 29,30 e 31:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

- I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Esse tratamento integral das várias dimensões do desenvolvimento infantil exige a indissociabilidade do educar e do cuidar no atendimento às crianças. A educação infantil, como dever do Estado é ofertada em instituições próprias, quais sejam; “creches para crianças até três anos e pré-escolas para crianças de quatro e cinco anos, em jornada diurna de tempo parcial ou integral, por meio de práticas pedagógicas cotidianas.” (PORTAL DO MEC, 2015).

Essas práticas devem ser intencionalmente planejadas, sistematizadas e avaliadas em um projeto político-pedagógico que deve ser elaborado coletiva e democraticamente com a participação da comunidade escolar e desenvolvido por professores habilitados.

Ainda segundo a LDB/96, a educação infantil, cuja matrícula na pré-escola é obrigatória para crianças de quatro e cinco anos, deve ocorrer em espaços institucionais, coletivos, não domésticos, públicos ou privados, caracterizados como estabelecimentos educacionais e submetidos a múltiplos mecanismos de acompanhamento e controle social.

Para Oliveira (2008, p.1):

A educação formal da criança de zero a seis anos de idade, até pouco tempo, não fazia parte da gama das preocupações daqueles que elaboravam as Políticas Educacionais Brasileiras. A trajetória para se chegar a essa conquista nos mostra uma história de lutas e reivindicações, por parte dos movimentos sociais organizados que abraçavam esta causa, que culminaram em leis.

Ainda, de acordo com a supramencionada pesquisadora (2008), uma primeira vitória, assegurada por lei, ocorreu com a Constituição Brasileira de 1988, que em seu artigo 208 preconizou como dever do Estado o "atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade" (Brasil, 1998a, p.154), assegurando, dessa maneira, o direito à educação infantil. Entretanto, a Política Nacional de Educação Infantil foi formulada somente seis anos depois, em 1994.

Como afirma Bittar, Silva e Motta, (2003, p.39):

A comissão que elaborou referido documento traçou diretrizes pedagógicas e de recursos humanos com o objetivo de: 1. expandir a oferta de vagas para as crianças de zero a seis anos; 2. fortalecer, nas instâncias competentes, a concepção de educação infantil; 3. promover a melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escola.

No Brasil, a partir da década de 1980, no bojo do processo de redemocratização do país, o campo da Educação Infantil ganhou um grande impulso, tanto no plano das pesquisas e do debate teórico quanto no plano legal, propositivo e de intervenção na realidade.

Em 1988, a Constituição Federal reconheceu o dever do Estado e o direito da criança a ser atendida em creches e pré-escolas e vincula esse atendimento à área educacional. Ressalta-se também a presença no texto constitucional do princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, avanços fundamentais na perspectiva da qualidade e da ampliação dos direitos da criança independentemente de sua origem, raça, sexo, cor, gênero ou necessidades educacionais especiais.

Desse movimento decorreram intensos debates sobre os aspectos assistencialistas e pedagógicos na educação infantil depreendendo-se que o caráter formador da escola deve predominar e a preocupação maior dessa etapa deve ser a valorização da infância.

Em 1990, com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA os dispositivos enunciados constitucionalmente foram ratificados, com papel importante do MEC, inicialmente na coordenação do Movimento Criança Constituinte, em posteriormente, nos compromissos assumidos internacionalmente e na realização dos debates no âmbito dos

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, de onde surgiu o documento preparatório à Conferência Nacional de Educação para Todos – CONAE¹.

Nesse primeiro encontro, realizado no marco do Plano Decenal de Educação para Todos, ao lado de outros temas, foi realizada uma mesa-redonda sobre experiências internacionais de melhoria da qualidade na Educação Infantil que representou um divisor de águas para o campo no Brasil.

Destaca-se, ainda, que entre 1994 e 1996, o MEC realizou vários seminários e debates, com a participação de diferentes segmentos e organizações sociais, buscando contribuir para a construção de uma nova concepção para a educação das crianças de 0 até 6 anos.

Na condição de primeira etapa da Educação Básica, imprime-se outra dimensão à Educação Infantil, na medida em que passa a ter uma função específica no sistema educacional: a de iniciar a formação necessária a todas as pessoas para que possam exercer sua cidadania.

Por sua vez, a definição da finalidade da Educação Infantil como sendo o “desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (artigo 29, Lei 9.394/96), evidencia a necessidade de se tomar a criança como um todo para promover seu desenvolvimento e implica compartilhamento da responsabilidade familiar, comunitária e do poder público.

A avaliação na Educação Infantil é definida a partir dessa concepção de desenvolvimento integrado, e assim “deve ser processual acontecendo de forma sistemática e contínua. Seu acompanhamento e registro têm objetivos de diagnóstico e não de promoção ou retenção, exigindo a redefinição das estratégias metodológicas utilizadas com as crianças de 0 até 6 anos de idade”. (PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - BRASIL, 2006, p. 32)

Em 2005, o MEC define a nova Política Nacional de Educação Infantil, que indica diretrizes, objetivos metas e estratégias para esse nível da educação básica. Dentre suas diretrizes destacamos: “A Educação Infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação” e dentre seus objetivos está o de “Assegurar a qualidade de atendimento em instituições de Educação Infantil (creches, entidades equivalentes e pré-escolas)” (Brasil, 2005, pp.17, 19).

¹ Conferência da educação de caráter plural realizada com intuito de construir um sistema nacional de educação. Reuni regularmente diversos segmentos da educação e de todos os setores, como: educação básica e superior, pública e privada, gestores, professores, pais, alunos e setores organizados da sociedade civil.

As autoras Almeida e Rojas (2003, p. 116) corroboram com essa ideia, ao assentarem que:

As instituições de educação infantil têm um papel preponderante na construção da identidade pessoal, social e cultural da criança e que, portanto, têm um caráter relevante na ampliação de experiências significativas à formação dessas crianças.

Ainda segunda as autoras (2003, p. 117) faz-se necessário a necessidade de a professora "organizar um trabalho que não se pautar apenas na ação cuidadora, mas, principalmente na ação educativa, é preponderante e constituiu a base dos debates travados aos longos dos últimos anos. Mudar uma cultura que somente incluía cuidado é fundamental."

O mais interessante é que, geralmente, os professores nem sempre se dão conta do quão importante é o seu papel, a sua atuação, para a vida dos alunos e, não tendo essa clareza, desempenha sua função, ano após ano, de forma acrítica, sem refletir sobre sua prática pedagógica. Um dos motivos dessa postura adotada em relação a sua profissão é sua defasagem de escolaridade. Para tanto, faz-se necessário um investimento na formação continuada dos professores por meio de construção de políticas educacionais em cada Estado e Município.

Esta concepção de educação infantil, que integra as funções de educar e de cuidar em instituições educativas complementar à família, exige que o adulto que atua na área seja reconhecido como profissional. Isso implica que lhe devem ser asseguradas condições de trabalho, plano de carreira, salário e formação continuada condizentes com seu papel profissional. (Bittar et al., 2003, p. 39)

Ao falar da escolaridade dos profissionais da educação infantil, toma-se como referência o art. 62 da LDB 9.394/96, quando condiciona que a atuação na educação básica requer profissionais com formação superior e, para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, ter no mínimo a formação em nível médio.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/2020, o número de crianças de zero a seis anos, que estão matriculadas em creches e pré-escolas, chegou a quase nove milhões (8.972.778) no ano de 2018. O Censo Escolar 2019, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aponta que o crescimento foi impulsionado pelas matrículas em creches, com 167.800 registros a mais do que no ano anterior, uma variação de 4,7%. Em relação a 2015, as matrículas em creches cresceram 23,2%.

A rede municipal de ensino concentra a maior parte das matrículas da educação infantil, com 71,4%. Em seguida, vem a rede privada com 27,9% (2.505.837) do total. Das

matrículas da rede privada, 29,4% pertencem a instituições particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas conveniadas com o poder público. (CENSO ESCOLAR, 2019)

Quando se observa os dados da educação infantil por localização, percebe-se que 10,5% das matrículas encontram-se na zona rural, e a quase totalidade (96,8%) das matrículas são atendidas por estabelecimentos da rede pública. O censo (2019) apurou que 13,2% das crianças que frequentam a pré-escola estão na zona rural e 6,7% estão matriculadas nas creches rurais (INEP, 2020).

Tais dados revelam a importância de termos professores habilitados e em número suficiente para atender a demanda. Entretanto, apesar dessa exigência de formação mínima em nível médio, dados do MEC (BRASIL, 2001) apontam que, no Brasil, 5,2% das funções docentes da pré-escola possuem apenas o ensino fundamental. Isso significa que tínhamos, naquele ano, 12.828 educadoras, sem a qualificação mínima exigida pela LDB, atuando na educação infantil.

As necessidades formativas indicam pressupostos para iluminar uma discussão curricular no que se refere à formação dos professores de Educação Infantil, com perspectivas para a realização de projetos de formação e de supervisão pelo MEC que atendam aos objetivos da educação infantil.

Para Oliveira (2008, p. 62) “a defasagem na formação das professoras que atuam nessa área acarreta uma grande falta de conhecimento, por parte destas, sobre os objetivos e finalidade desse nível de ensino.”

Mesmo ante as diretrizes do MEC para a melhor condução do ensino infantil, com afirmativas da relevância do emprego de atividade criativas e lúdicas no processo de formação da criança, muitos profissionais desta área, não percebem o real papel destas atividades, se referindo a atividades de pintura, desenho, recorte, colagem, entre outras desta natureza como passar tempo de sala de aula. No entanto, Oliveira destaca que (2008, p. 63):

Por outro lado, algumas professoras acreditam que sua função é "preparar" a criança para ingressar no ensino fundamental, enchendo-as de atividades de cópia, repetição e memorização. Muitas educadoras ainda não têm consciência de sua responsabilidade e forte influência na formação da personalidade e na autoestima de seus alunos. Diante dessas constatações, percebemos que aquelas antigas crenças de que o papel da pré-escola é brincar com as crianças ou "prepará-las" para ingressar nas séries iniciais prevalecem até hoje no bojo das instituições de educação infantil.

Os professores que sustentam qualquer uma dessas concepções desconhecem o teor do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, ou não se importam com as propostas pedagógicas contidas nesse material que orientam as educadoras no sentido de terem como objetivo: desenvolver a identidade e a autonomia da criança e ampliar o seu

conhecimento de mundo. Nele são apresentados "eixos de trabalho que orientam para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática" (Brasil, 2002, p.7). Na proposta apresentada pelo Referencial, há diversos meios de se trabalhar com a criança de forma a promover seu desenvolvimento, sua aprendizagem, a autoestima etc.

Diante da dicotomia entre o que o Referencial apregoa e o que se presencia em algumas práticas de professores da educação infantil, percebe-se, nas palavras de Ávila (2003, p. 54):

A necessidade de se investir em todos os cursos, eventos ou processos de formação de professores no sentido de que esses profissionais se fundamentem, capacitem e se exercitem para o hábito da contínua investigação e reflexão sobre sua própria prática. Além disso, a formação dos profissionais da educação terá que ser mais sólida, rigorosa e contemplar: a articulação dos conhecimentos sobre educação, economia, política, sociedade e suas relações

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019), o portfólio da escola de educação infantil deve contemplar seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento:

- 1 – Conviver com outras crianças e adultos;
- 2 – Brincar cotidianamente de diversas formas e em diferentes espaços;
- 3 – Participar ativamente do planejamento das atividades propostas pelo educador;
- 4 – Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos e elementos da natureza;
- 5 – Expressar suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos;
- 6 – Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural.

A Base Curricular (BNCC, 2019) também propõe cinco campos de experiências que definem os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo eles “o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

De acordo com o documento, esses campos levam em consideração os saberes e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças, assim como a associação deles com suas experiências anteriores.

A ludicidade com essas definições ganhou um grande impulso, pois é firmemente defendida como ferramenta principal para essa modalidade de ensino e tida como indissociável do universo infantil. E embora atualmente se tenha dado longos passos nessa trajetória, ainda se percebe vestígios de uma forma de educar que não ignora esse fato, mas ainda não se sabe bem como praticá-lo.

O psicanalista Bettelheim (1989, p. 176), ao discorrer acerca do universo infantil afirmou que:

A brincadeira é uma ponte para a realidade: propicia à criança a compreensão de como o mundo funciona. Por meio da brincadeira, as crianças aprendem o que podem o que não podem e como fazer com os objetos; aprendem as primeiras noções do “porque sim” e do “porque não”. Ao brincar com os outros, aprendem as regras da sorte, da probabilidade e as regras de conduta. [...]a maior aprendizagem realizada pela criança ao brincar diz respeito à capacidade de saber perder. Com essa aquisição, ela compreende que os reveses da vida são temporários.

Foi um longo caminho até que o reconhecimento e a valorização do universo infantil conquistassem o lugar que hoje ocupam. Atualmente temos leis que amparam um ensino infantil condizente com as capacidades dessa faixa etária e políticas educacionais a perseguir para que elevar a qualidade da educação no espaço da educação infantil.

2- O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O professor/educador possui um papel fundamental no planejamento educacional e considerando que a educação infantil. Para Carvalho *et al* (2015, p. 5):

É a etapa inicial da educação básica torna-se necessário o planejamento, para que o trabalho se torne mais satisfatório, pensado a partir das necessidades, prevendo ações que serão realizadas depois, utilizando os recursos disponíveis, estabelecendo critérios para a avaliação, definindo prazos para sua execução, tudo isso visando o crescimento crítico do pequeno ser e uma transformação da realidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 62, admite como formação mínima aquela oferecida em nível médio, na modalidade Normal para professores que atuam na educação infantil. Tem-se no teor do referido artigo que:

A formação de docente para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Há alguns anos e até bem recentemente os professores atuantes nessa área da educação eram vistos apenas como cuidadores, pois a educação neste período apresentava um caráter assistencialista, no qual os pais deixavam seus filhos nas instituições com o intuito de que esses profissionais pudessem “cuidar” destes enquanto estivessem no trabalho, tirando

desses a função de professores para cuidadores. A partir disso, ocorre a desvalorização dos docentes que operam nessas instituições, como ocorria com frequência no país.

Assim, a recorrente formação e contratação de mulheres no magistério, por serem essas mais próximas aos cuidados com crianças, assim eram vistas como mais adequadas para exercer essa profissão, pois essa fase do ensino deveria estar próxima ao que a criança vivia em casa (KREFTA, 2011).

O interesse para formar profissionais aptos e capazes de ensinar na educação infantil é pensado a partir dos anos 90, quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), na qual afirma em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Apesar da LDB 9394/96 evidenciar como a Educação Infantil, enquanto modalidade de ensino da Educação Básica deve funcionar, ainda se encontram em escolas, sobretudo, em comunidades carentes, pessoas desabilitadas exercendo a profissão de professor sem ao menos estarem preparados para atuar em tal atividade.

Para melhor compreensão do tema aqui proposto e com intuito de apresentar visualmente o cenário ideal para a aplicação do método de educação infantil, com ludicidade tem-se a imagem abaixo:



Figura 1. Participação do educador no processo lúdico de ensino e aprendizagem

Pesquisas realizadas desde a década de 1970 enfatizam que todas as crianças podem aprender, mas não sob qualquer condição. De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASL, 2006, p.16):

Antes mesmo de se expressarem por meio da linguagem verbal, bebês e crianças são capazes de interagir a partir de outras linguagens (corporal, gestual, musical, plástica, faz-de-conta, entre outras) desde que acompanhadas por parceiros mais experientes. Apoiar a organização em pequenos grupos, estimulando as trocas entre os parceiros; incentivar a brincadeira; dar-lhes tempo para desenvolver temas de trabalho a partir de propostas prévias; oferecer diferentes tipos de materiais em função dos objetivos que se tem em mente; organizar o tempo e o espaço de modo flexível são algumas formas de intervenção que contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Apoiar a organização em pequenos grupos, estimulando as trocas entre os parceiros; incentivar a brincadeira; dar-lhes tempo para desenvolver temas de trabalho a partir de propostas prévias; oferecer diferentes tipos de materiais em função dos objetivos que se tem em mente; organizar o tempo e o espaço de modo flexível são algumas formas de intervenção que contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

As iniciativas dos adultos favorecem a intenção comunicativa das crianças pequenas e o interesse de umas pelas outras, o que faz com que aprendam a perceber-se e a levar em conta os pontos de vista dos outros, permitindo a circulação das ideias, a complementação ou a resistência às iniciativas dos parceiros. A oposição entre parceiros, por exemplo, incita a própria argumentação, a objetivação do pensamento e o recuo reflexivo das crianças. (MACHADO, 1998, p. 78)

Ao se levar em conta esses aspectos, não se pode perder de vista a especificidade da pedagogia da Educação Infantil, como afirma Rocha (1999, p. 159):

Enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 até 6 anos de idade.

A formação adequada de professores é fundamental, pois é por meio dessa que o professor se torna capaz de exercer sua profissão com eficiência. Não sendo diferente das outras áreas da educação, a formação de docentes para o ensino infantil é de suma importância, pois essa serve de base para a formação dos alunos.

Assim, esse processo requer cuidado e maior rigor quando o professor decida dar início a sua formação, pois este terá em suas mãos a grande responsabilidade de iniciação do processo de desenvolvimento da criança enquanto aluno, servindo de suporte para a organização do seu processo de conhecimento, de acordo com o pensamento de (KREFTA,

2011) a mencionar que quanto menor a criança, mais bem preparado deve ser o profissional para poder então lhe dar o devido atendimento.

Para que haja uma prática docente de qualidade é importante e necessário considerar dois aspectos, o de organização e o de planejamento, pois é o cotidiano na sala de atividades que sinaliza ao professor os acertos e erros.

Tratar dos aspectos organizacionais é, afinal, tratar das condições que devemos levar em conta para conseguir desempenhar uma tarefa educativa. Segundo a Resolução CEB nº 1, de 7 de abril de 1999:

VI – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem ser criadas, coordenadas, supervisionadas e avaliadas por educadores, com, pelo menos, o diploma de Curso de Formação de Professores, mesmo que da equipe de Profissionais participem outros das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Exatas, assim como familiares das crianças. Da direção das instituições de Educação Infantil deve participar, necessariamente, um educador com, no mínimo, o Curso de Formação de Professores.

A partir de todo o exposto, percebe-se o quão importante é a correta aplicabilidade da metodologia de ensino e os recursos didáticos disponibilizados por professores em sala de aula, para que o aprendizado infantil aconteça, apontando a relevância do papel do educador, visto ser esta a peça-chave para fazer esse processo funcionar de forma eficaz.

Nesse sentido, entender ludicidade como parte do processo escolar na educação infantil é uma via de mão dupla, pois torna o processo prazeroso tanto para a criança quanto para o professor. Quanto mais imposições forem colocadas para o comportamento infantil dentro do espaço escolar mais chateação e desgaste físico e emocional para quem o impõe.

Como destaca Saviani (1999, p. 18), “para que a escola funcione bem, é preciso que se utilizem métodos de ensino eficazes, por serem eles responsáveis em estimular a atividade e iniciativa dos alunos.” É necessário ao professor desempenhar o uso de metodologias e recursos para que esse ensino traga contribuições à aprendizagem, de acordo com sua realidade.

O professor como mediador de todo esse processo deverá ser alguém em condições de externalizar o que pretende, além de ser a pessoa responsável por organizar, apresentar possibilidades, incentivar, deverá ser alguém que viva o momento junto com os demais, pois o seu principal papel ali é o de ser referência.

Mesmo o universo infantil sendo algo tão comentado e a busca por sua valorização estar ganhando cada vez mais espaço, podemos nos deparar com formas de ensino que usam o brincar como merecimento de uma boa postura escolar. É comum ainda ouvirmos de profissionais que os momentos de brincar “são os momentos de liberar energia.

Para a educação que pretendemos essa energia deve ser liberada nos momentos de atividades direcionadas, pois tudo que o educando conseguir externalizar, fará parte do seu processo e mais uma vez o profissional entra com o papel de saber lidar com tais situações.

Não podendo deixar de mencionar que o apoio do professor deverá ser encontrado na equipe gestora, que deverá assegurar um trabalho pautado nas leis e ofertar condições possíveis de realizar o trabalho.

Para Bacelar (2009, p. 144):

A tarefa do professor da Educação Infantil apresenta, em suas especificidades, muitas dificuldades a serem superadas, dentre elas a necessidade de estabelecer com os educandos uma comunicação através de códigos não usuais em nosso cotidiano, que vai além do aspecto objetivo, visível e concreto das relações. É uma comunicação que envolve muita subjetividade e o educador precisa desenvolver habilidade e sensibilidade para perceber a expressão psicocorporal das crianças.

Nesse sentido, o educador precisa olhar para a criança, respeitando sua individualidade, considerando a singularidade do seu jeito de expressar seus sentimentos, de experimentar e vivenciar as atividades que lhe são propostas, enfim, sua maneira peculiar de estar no mundo.

É relevante também compreender que o jeito de ser de cada criança está relacionado às suas relações familiares, sua cultura, suas características pessoais. Portanto, uma criança pode manifestar reações de satisfação ou de contrariedade, alegria ou tristeza, diferentemente de outra.

Segundo Pereira (2004, p. 68), “uma prática voltada para a educação lúdica exige a imprevisibilidade e que o professor abra mão do controle absoluto, dando espaço para a autoexpressão e criatividade dos alunos, possibilitando o autoconhecimento e o autodesenvolvimento destes.”

Para tanto, importante se apresentar questionamentos por parte do educador, em relação às atitudes e os comportamentos observados nas crianças, assim como questionar a si mesmo e a própria prática como educador infantil, considerando as possibilidades de mudanças no que se refere à pedagogia aplicada, tendo sempre em mente o atendimento das necessidades da criança, quais sejam; aprender, crescer, conviver, ser feliz.

Há uma relação intrínseca entre a qualidade da educação, a qualidade da formação dos professores e de suas práticas educativas. Implicadas nestas duas dimensões estão as questões da trajetória e dos saberes docentes mobilizados em tais práticas. Contudo, devido à complexidade do processo educativo não é possível reduzir a qualidade da educação somente aos aspectos já referidos, sendo necessário identificar e problematizar outras dimensões que interferem em tal processo que extrapolam a ação do professor.

Em relação à formação de professores, o Plano Nacional de Educação, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, salienta que:

A formação dos profissionais da educação infantil merecerá uma atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de 0 a 6 anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, de sorte que está se torne, cada vez mais, fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrido-se dele e renovando-o constantemente.

Nesse sentido, tem-se que o profissional da educação infantil deverá ter um preparo especial, tendo em vista que a exigência que se requer na formação da criança ainda em seus primeiros anos de educação escolar. Mesmo porque, na relação pedagógica, não basta estar presente para ser um bom companheiro.

Faz-se relevante se ter um domínio dos conhecimentos científicos básicos, tanto quanto conhecimentos necessários para o trabalho com a criança pequena, em todos os aspectos de sua formação, incluindo conhecimentos voltados a saúde, higiene, psicologia, antropologia e história, linguagem, brinquedos e das múltiplas formas humanas, de desenvolvimento físico e das questões de atendimento em situações de necessidades especiais. Precisa, ainda, ter sob controle seu próprio desenvolvimento, bem como estar em constante processo de construção de seus próprios conhecimentos.

3- A LUDICIDADE COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A palavra “Ludicidade” se origina do latim, fazendo referência a jogos e brincadeiras. Tendo em vista ser essa modalidade de ensino a base para uma grande caminhada, é importante se inserir no ambiente escolar tais recursos, os tornando convidativo e agradável ao olhar infantil. A afinidade com que as crianças possuem em relação às atividades lúdicas é inegável e faz parte da sua natureza o lidar com o mundo de forma lúdica.

Desta maneira, não é difícil para se entender tal afinidade, e, mais ainda, não é de se estranhar que as crianças utilizem os brinquedos para, a partir deles, começarem o processo de exploração do mundo, e mais especificamente do ambiente que as rodeia: o ambiente familiar, o ambiente educacional, o meio social etc.

É por meio da sua vivência lúdica que a criança interage com os brinquedos, com os objetos em geral e com as pessoas com as quais se relaciona e convive; a partir desta interação ela adquire conhecimento do mundo, o que a torna susceptível à socialização. Ao levarmos em consideração o processo de interação, socialização e exploração do mundo, observamos que cada criança faz parte de um processo natural da vida, e que essa interação constitui uma necessidade humana dela.

Do ponto de vista psicológico, a brincadeira está presente na vida da criança desde o seu nascimento. Para Piaget (2001, p. 186) “as atividades lúdicas facilitam o desenvolvimento físico e mental da criança, já que o brincar exerce uma ação sobre ela, e ela, por sua vez, exerce uma ação sobre o brinquedo, dando a ele significados.”

Na educação, a contribuição do brinquedo para o desenvolvimento da criança vem a ser uma espécie de recurso por meio do qual se obtém resultados importantes em relação à experiência que a criança passa a adquirir no seu cotidiano, que pode ser positiva ou negativa. Dessa forma, o brinquedo vem como necessidade de educar e trabalhar o seu desenvolvimento intelectual de maneira mais prazerosa. Para o brinquedo ser considerado uma atividade educativa, faz-se importante compreender primeiramente as necessidades das crianças, e, a partir destas trabalhar o lúdico.

A criança quando participa de atividades lúdicas na escola começa a desenvolver sua interação social com os colegas e é a partir desse dinamismo que o educador passa a observar os alunos, tendo a oportunidade de identificar dificuldades que alguma criança possua ou enfrenta ao ter contato com diversas crianças ao mesmo tempo.

Esse é um dos motivos para o educador inovar suas práticas nas aulas, pois o que se observa em muitas escolas são professores que não enxergam a grande importância de uma educação infantil trabalhada de maneira lúdica e isso tende a refletir na vida social e escolar da criança, onde terá dificuldades de interação e aprendizagem nos anos seguintes de ensino.

Isso tudo contribuirá para uma aprendizagem de qualidade, resultando assim na formação crítica e social da criança quando tornar-se adulto, sendo capaz de distinguir e participar de uma transformação social, pois desde a sua infantilidade obteve um ensino adequado capaz de formar e transformar socialmente e cognitivamente os introduzindo desde cedo na sociedade.

Importante demonstrar essa ideia de ludicidade no processo de aprendizagem, por meio da imagem abaixo:



Figura 2. Atividades lúdicas que promovem a interação social

Segundo Bacelar (2009, p. 28):

O lúdico tem um papel muito mais amplo e complexo do que, simplesmente, servir para treinamento de habilidades psicomotoras, colocadas como pré-requisito da alfabetização. Através de uma vivência lúdica, a criança está aprendendo com a experiência, de maneira mais integrada, a posse de si mesma e do mundo de um modo criativo e pessoal. Assim, a ludicidade, como uma experiência vivenciada internamente, vai além da simples realização de uma atividade, é na verdade a vivência dessa atividade de forma mais inteira.

Desde que observada, estudada e reconhecida como motivadora do desenvolvimento infantil a Ludicidade pode se transformar em ferramenta indispensável a rotina escolar, a exemplo do jogo que no final do século XIX, adquire um estatuto educativo que convém abordar, sendo três as acepções que assume, como descreve Leal (2014, p.179):

Como recreação, como artifício para fazer emergir o desejo de aprender e como exercício físico. Duas ideias estão presentes na recreação: a) Jogos organizados pelos professores; b) Como momento de liberdade concedida à criança - um momento educativo enquanto tal e sem qualquer intervenção adulta.

Reconhece-se que as habilidades que devem ser atingidas nessa modalidade de ensino são facilmente conquistadas através da curiosidade e do prazer. O estudante que reconhecer na escola um lugar de oportunidades com certeza terá melhores rendimentos que aquele estudante que reconhece a escola como um ambiente tedioso.

A escola necessita dar mais espaço à formação de sujeitos autônomos, a fim de desenvolver o processo criativo, como afirma Winnicott (1975, p. 98).

A criatividade que se estuda aqui se relaciona com a abordagem do indivíduo à realidade externa, supondo-se uma capacidade cerebral razoável, inteligência suficiente para capacitar o indivíduo a tornar-se uma pessoa ativa e a tomar parte na vida da comunidade, pois tudo que acontece é criativo, exceto quando o indivíduo for prejudicado por fatores ambientais que sufocaram esses processos.

Portanto, a instituição educacional, no caso, os institutos de formação de professores, deve, antes de tudo, respeitar o imaginar, o brincar de todo ser humano. Quando livres para criar, os indivíduos veem, no estudo, um modo de exercitar o poder de invenção. Se, no entanto, o ambiente escolar não for aberto à brincadeira e à vivência da ludicidade, as aulas serão mais opressoras ou supostamente sérias, embotando o potencial criativo dos estudantes.

A ludicidade aliada ao processo educativo agregará ao que seria somente conteúdo, conceitos, como valores, convivência em sociedade, regras, valorização do outro. E nessa perspectiva não estará apenas formando um cidadão, formará um ser capaz de se relacionar, e ser ativo no meio em que vive. Isso se o lúdico for internalizado como algo que as crianças carregam em si e não como algo que precisa ser merecido, como moeda de troca.

Pode-se, ainda, observar ambientes onde mesmo reconhecendo a importância do brincar, fazem isso em momentos específicos e não associados. Como descreve Vygotsky (1984, p. 108):

É só na idade pré-escolar que ocorre pela primeira vez essa separação entre significado e significante, a partir daí a criança separa, no seu brincar, o pensamento do objeto, e sua ação vai surgindo das ideias e não das coisas. Entretanto, a criança não realiza essa separação de uma só vez, porque é extremamente difícil para ela, é somente com auxílio do brinquedo que ela vai conseguindo concretizar essa separação.

As atividades humanas são consideradas jogos, de acordo com Piaget (1971, p. 201), esses são classificados em três tipos: “os jogos de exercício, os jogos simbólicos e os jogos de regras. Enquanto a psicanálise observa as brincadeiras como auxílio para a cura emocional do indivíduo as concebe como recurso que o sujeito utiliza para o desenvolvimento da cognição e da afetividade.”

Cabe destacar que é necessário que a comunidade escolar tenha seus conceitos bem definidos e registrados no Projeto Político Pedagógico, para que tanto gestores, quanto equipe docente, consigam se expressar na linguagem, dando assim identidade à escola.

A ludicidade como vivência de uma experiência interna, também integra as dimensões emocional, física e mental. Assim, como afirma Bacelar (2009, p. 61) “nesta perspectiva, a ludicidade envolve uma conexão entre o externo (objetivo) e o interno

(subjetivo) e, portanto, é de relevância significativa para a vida em todas as suas fases e, especialmente, na educação infantil.”

Luckesi (2004) sustenta que as atividades lúdicas, por propiciarem experiências plenas, poderão também propiciar o acesso a sentimentos os mais profundos, inconscientes, tornando-se um referencial de expansão para o indivíduo.

A vivência da ludicidade poderá permitir, assim, integrar níveis de consciência dos mais sutis, constituindo expediente ou forma de prevenir neuroses futuras, seja no contexto da sala de aula, seja no contexto terapêutico. As práticas lúdicas no contexto pedagógico funcionarão como recursos de formação e também de autodesenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desse trabalho percebeu-se que a educação infantil passou por mudanças importantes ao longo dos anos, demonstrando que a aprendizagem deve ser estimulada, utilizando-se dos recursos do universo infantil, que incluem, entre outros pontos, a capacidade que as crianças têm de criar e imaginar, pois o estímulo dessas capacidades garante a satisfação e o interesse pelo aprendizado.

Nesse sentido o lúdico é fundamental na medida em que quando empregado a partir de objetivos claros de aprendizagem passa a fazer parte do contexto escolar.

Para que a educação infantil obtivesse importância, enquanto modalidade de ensino, foi necessário legislar e definir requisitos para implementação nas instituições de ensino. A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro passo nessa jornada, seguida por outras importantes medidas como o Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como o reconhecimento da infância no desenvolvimento da pessoa humana.

É na educação infantil que a criança vai conhecer seu próprio corpo, entender os limites de si e do outro, ampliar suas relações sociais e aprender as diferentes linguagens verbais e corporais para se comunicar. Dentro desse contexto o professor tem o importante papel de apresentar e mediar condições para o desenvolvimento das crianças e deve estar ciente da importância da ludicidade nesse processo.

Ao considerar o professor como o profissional responsável pela educação da criança pequena em creches e pré-escolas, há um desafio de qualificar esse profissional. Dada a complexidade dessa função, não se pode entregá-la a qualquer profissional, ou a um

profissional que segmente e hierarquize sua ação junto à criança, mas, antes, faz-se necessário formar um profissional capaz de reconhecer sua formação profissional e a diversidade existente nesse campo e, assim como os professores dos demais níveis de ensino, com capacidade para fazer valer sua vez e sua voz e construir a autoria de seu processo formativo.

Conclui-se, portanto, que o emprego da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem auxilia no estímulo e manutenção do interesse da criança, assim como enriquece a relação entre educando e educador.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil apresenta concepções acerca do brincar como elemento constituinte dos conteúdos a serem abordados na educação infantil. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação.

Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

Diante da realidade das diferentes regiões do Brasil, nota-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido, a fim de que a educação infantil deixe de ter definitivamente o caráter assistencialista e passe a ter a importância que lhe cabe, enquanto fase inicial da vida escolar para a formação de cidadãos devidamente instruídos e capacitados para viver em sociedade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é possível que brincadeiras planejadas e direcionadas por educadores capacitados auxiliem não somente no processo de ensino-aprendizagem, mas, também, no desenvolvimento da criança enquanto indivíduo e na construção de novas formas de pensar a sociedade, uma vez que, por meio do lúdico a criança aprende a se relacionar com o outro, seja competindo, cooperando ou vivenciando hábitos da cultura na qual está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, O. A. de e Rojas, J. A atividade docente em contexto: uma experiência de prática de ensino em educação infantil, com crianças de 0 a 3 anos. In: Russef, I. e Bittar, M. (orgs). **Educação Infantil: política, formação e prática docente**. Campo Grande, Plano. 2003.

Ávila, V. F. de. Formação de professores: política de (des)entendimento entre instâncias normatizadoras e concretizadoras. In: Russef, I. e Bittar, M. (orgs.). **Educação Infantil: política, formação e prática docente**. Campo Grande, Plano. 2003

BACELAR, Vera Lúcia. **Ludicidade e Educação Infantil**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23789/1/LudicidadeEduca%C3%A7%C3%A3oInfantil_VeraL%C3%BAciaDaEncarna%C3%A7%C3%A3oBacelar_EDUFBA.pdf. Acesso em 16 de jul. 2020.

BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho: pais bons o bastante**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1989.

BITTAR, M.; SILVA, J. P. de O. e MOTTA, M. C. A. In: Russeff, I. e Bittar, M. (orgs.). **Educação Infantil: política, formação e prática docente**. Campo Grande, Plano. 2003.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Volume 3. Brasília, MEC/SEF, 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em 15 de dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1-9, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 de dez. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf. Acesso em 25 de jun. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf>. Acesso 15 de dez. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em 18 de set. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em 15 de dez. 2020.

BRASIL. **Constituição 1988**: Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 28 de set. 2020.

BRASIL. **Dúvidas Mais Frequentes Sobre Educação Infantil**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&Itemid=30192. 2013. Acesso em 15 de dez. 2020.

CARVALHO, Darcilane Maria de. ARAÚJO, Sabrina Costa Feitosa. PINHEIRO, Francisco Vinícius Rocha Pinheiro DIAS, Luciana Silva Dias. Educação infantil: desafios e perspectivas. **Formação de professores, complexidade e trabalho docente**. UFPI. V Seminário internacional sobre profissionalização docente. UNESCO. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18440_9156.pdf. Acesso em 14 de ago. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em 17 de out. 2020.

KREFTA, Silvana. **Metodologia de Ensino e Educação Infantil**: Algumas Considerações, 2008. Disponível em <https://www.pedagogia.com.br/artigos/metodologiadeensino/?pagina=3>. Acesso em 15 de dez. 2020.

LEAL, Luiz Antônio Batista; D'ÁVILA, Cristina Maria. A ludicidade como princípio formativo. **Interfaces Científicas – Educação. Aracaju**. v.1. p. 41-52, 2013. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/395>. Acesso em 28 de set. 2020.

LEAL. Luiz Antônio Batista. BROUGÈRE, Gilles. Jogo e educação. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2003. **Revista entreideias**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 177-183, jul./dez. 2014.

LUCKESI, Cipriano. Estados de consciência e atividades lúdicas. In: PORTO, Bernadete. **Educação e ludicidade**. Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004. Disponível em <http://pabloludo.blogspot.com/2010/07/estados-de-consciencia-e-atividades.html>. Acesso em 16 de nov. 2020.

LUCKESI, Cipriano. **Ludicidade e atividades lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna, 1998. Disponível em: [http://portal.unemat.br/media/files/ludicidade_e_atividades_ludicas\(1\).pdf](http://portal.unemat.br/media/files/ludicidade_e_atividades_ludicas(1).pdf). Acesso em 18 de ago. 2019.

MACHADO, M. Lucia de A. **Formação profissional para educação infantil**: subsídios para idealização e implementação de projetos. Tese de Doutorado. PUC/SP, 1998.

OLIVEIRA. Maria Izete de. Educação infantil: legislação e prática pedagógica. Breve histórico sobre a educação infantil: legislação e prática. **Revista Psicologia da Educação**. Nº

27. 2º semestre. pp. 53-70. São Paulo. Dez/2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000200004. Acesso: dez. 2020

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Znanh, 1971.

PEREIRA, Lúcia Helena Pena. Ludicidade em sala de aula: montando um quebra-cabeça com novos sabores e saberes. In: PORTO, Bernadete (org.). **Educação e ludicidade**. Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. **A pesquisa em educação infantil**: trajetória recente de consolidação de uma pedagogia da educação infantil. Florianópolis: UFSC. Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 32ª edição, 1999.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. Trad. M. Resende, Lisboa, Antídoto, 1979. **A formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto et alii. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1984.

WINNICOTT, D. W. **O brincar & a realidade**. Trad. J. O. A. Abreu e V. Nobre. Rio de Janeiro: Imago. 1975. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000092&pid=S1516-1498200300010000300014&lng=en. Acesso em 25 de jan. 2021.